

Da ‘Campanha do Reajustamento’ ao Estado Restrito: indícios da infiltração e organização política dos pecuaristas

From The ‘Adjustment Campaign’ to the Restricted State: signs of the infiltration and political organization of the cattle ranchers

João Pedro Passos de Barros Borges*

Gabriel de Paula**

Palavras-chave:

Sociedade civil

Crédito Rural

Banco do Brasil

Resumo: O presente trabalho analisa a construção de uma articulação em dois âmbitos: o Estado restrito, pela presença de parlamentares em ‘defesa da pecuária’, e da sociedade civil pela ofensiva da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro (S.R.T.M.) na ‘campanha do reajustamento’ da pecuária durante a década de 1940. A metodologia ocorre por meio da análise prosopográfica dos constituintes integrantes da “Comissão de Amparo e Defesa da Pecuária” em 1946, e do periódico Zebu, da entidade de classe pecuarista do Triângulo Mineiro. A relevância da pesquisa reside na percepção de uma infiltração organizada da classe dominante pecuarista e uma unidade de ação no Estado restrito para alavancar suas pautas.

Keywords:

Civil Society

Rural Credit

Bank of Brazil

Abstract: The present study analyzes the construction of an articulation in two spheres: the restricted State, through the presence of parliamentarians acting in the “defense of livestock farming,” and civil society, through the offensive undertaken by the Sociedade Rural do Triângulo Mineiro (S.R.T.M.) in the “livestock readjustment campaign” during the 1940s. The methodology is based on a prosopographical analysis of the members of the “Commission for the Support and Defense of Livestock Farming” in 1946, as well as on the periodical Zebu, published by the livestock breeders’ class association of the Triângulo Mineiro. The relevance of the research lies in identifying an organized infiltration of the dominant livestock-breeding class and a unity of action within the restricted State to advance its agenda.

Recebido em 09 de março de 2026. Aprovado em 19 de maio de 2026.

Introdução

A pecuária é um dos subsistemas econômicos mais importantes do país, e o é em longa duração. Francisco de Oliveira, em “Brasil: uma biografia não autorizada” (2018), foi célebre ao afirmar que o país do futuro — o futuro do subdesenvolvimento — envolve a liderança global da exportação de carne no Brasil (2018, p. 73).

Compreender o processo do subdesenvolvimento, além da sua exteriorização do centro decisório econômico e político, implica reconhecer que o subdesenvolvimento é a condição

de produção e reprodução das relações capitalistas em um país de Revolução Interrompida (Oliveira, 2000, p. 124). Pensar o país líder da exportação de gado nos dias atuais necessita assim, refletir sobre as formas históricas de organização política do empresariado pecuarista. Diz-se empresariado, justamente, pois, conforme Bianchi (2007), o processo de ‘catarse’ faz com que o burguês, enquanto agente de exploração e propulsão dos processos de produção do mais-valor, passe a agir em direção ao poder político, tornando-se ‘empresário’. A infiltração política no Estado restrito e a sociedade civil enquanto palco para a formação de consensos a respeito da importância da pecuária como a

* Licenciado em História pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: passospbb@gmail.com

** Doutor em História pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Professor Efetivo EBTT do Instituto Federal Goiano - Campus Morrinhos e do Programa de Pós-graduação em Administração (PPGADM) do Instituto Federal Goiano - Campus Rio Verde. E-mail: gabriel.paula@ifgoiano.edu.br

‘economia nacional’ é, portanto, parte significativa dessa ‘catarse’.

O ‘Estado ampliado’ (Gramsci, 2001), como modelo interpretativo, permite compreender um duplo movimento que se pretende no artigo. Por um lado, pensar a infiltração dada dos consensos no Estado restrito, a formação e consolidação de uma frente parlamentar pecuarista e como ela legitima os consensos criados na sociedade civil. Por outro lado, o processo de formulação desses consensos em face das disputas da sociedade civil, isto é, as tensões que uma fração da classe dominante subalterna tem com outras frações (frigoríficos e bancos privados) para constituir unidade de ação entre os produtores pecuaristas (gado de corte, leite e destinado à reprodução). É a respeito desses dois processos que o artigo pretende pensar.

Ao nível da justificativa, o trabalho atribui uma centralidade regional e político-econômica, não somente às classes dominantes pouco interpretadas, mas em regionalidades ausentes na literatura. Ao passo em que existem pesquisas como a dissertação de Márcia Maria Bosch (1989) a respeito da ‘burguesia interna’, que analisa os industriais paulistas e sua capacidade de tecer alianças com as oligarquias rurais, a ideia de oligarquias aparece como um elemento recessivo e oco de uma ação política de modernização e interação com o processo de ‘substituição de importações’.

Por outro lado, ao descentralizar a análise de São Paulo para a região do Brasil Central — englobando Triângulo Mineiro e Goiás — isso também se justifica, na medida em que os próprios trabalhos de análise dos grupos ‘oligárquicos’ do Triângulo Mineiro estão em descompasso com as análises do patronato pecuarista em Goiás, sendo que atuavam em blocos de influência articulados a partir do fim do Estado Novo. Enquanto se argumenta uma perda de influência política e econômica após 1930 (Fonseca, 2020), reproduzindo concepções ultrapassadas na historiografia de uma ‘Revolução de 1930’ (Gomes, 2002) contra o coronelismo, as análises sobre Goiás relatam uma crescente organização, influência e disputa no centro decisório da política (Borges, 2008). Assim, a pesquisa que consegue demonstrar uma interação política ampla a partir do ‘Brasil Central’ e suas similitudes com o arcabouço

empírico sobre o Triângulo Mineiro pode resolver profundos descompassos e avançar na compreensão de como a pecuária foi essencial para a formação e consolidação da autocracia burguesa enquanto regime próprio de modernização do subdesenvolvimento.

A pesquisa, assim, reproduz concepções metodológicas a partir de Antônio Gramsci (2001) e Nicos Poulantzas (1985), mobilizando as concepções de aparelho privado de hegemonia, sociedade civil, empresariado, bloco no poder e Estado restrito a partir de uma comparação entre dois *corpus* documentais. Primeiro, diversas fontes de intervenções legislativas de representantes eleitos que atuaram em ‘prol da pecuária’ na passagem da década de 1940 para 1950 e, por conseguinte, a análise da revista Zebu, da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro entre 1945-1950, visando dar atenção ao tema da campanha do ‘reajustamento’ da pecuária.

A hipótese central do trabalho é que o processo histórico de tensão entre o Estado restrito e os pecuaristas reorganizou sua posição no bloco no poder e permitiu uma ofensiva política que conferisse unidade aos pecuaristas do Brasil Central.

Os pecuaristas na Constituinte de 1946

No âmbito da Assembleia Nacional Constituinte de 1946, os produtores rurais do Brasil, em específico os pecuaristas, conseguiram encampar no seio das Comissões Ordinárias dos trabalhos constituintes uma “Comissão de Amparo e Defesa da Pecuária”. A pecuária e a borracha foram as duas atividades agrícolas que tiveram seus interesses representados entre as diversas outras Comissões, tais como as de “Investigação Econômica e Social”, “da Casa Popular” e outras (Braga, 1996, v. 1). A “Comissão de Amparo e Defesa da Pecuária” estava diretamente vinculada à chamada “crise da pecuária” iniciada nos anos de ocaso do Estado Novo varguista. A crise deitava raízes no endividamento dos pecuaristas de gado de corte e as explicações à crise eram diversas e com matizes ideológicos.

A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) do Banco do Brasil foi vista como uma das geradoras da crise em razão da incapacidade dos

produtores rurais de liquidarem suas dívidas em decorrência do aumento dos juros. Outro elemento considerado à época foi a inflação do preço do gado de corte em decorrência da facilidade de crédito, que incentivou a entrada de arrivistas no negócio. Não menos importante e em diálogo com a temática do artigo, a crise foi associada, também, ao processo de supervalorização do gado zebuino, em especial matrizes e reprodutores da região de Uberaba. Por fim, havia ainda a culpabilização pela crise à postura intervencionista do Estado Novo e, paradoxalmente, incluíam-se na visão de alguns os frigoríficos internacionais como cerne da questão. Neste contexto, a Comissão em defesa dos interesses pecuaristas nascia em um momento de tensão do setor e evidencia a capacidade de mobilização dos mesmos enquanto parte do “bloco do poder”.

Embora os estudos apontem que as Comissões, em geral, não sejam protagonistas nos processos decisórios da política brasileira republicana por terem focos monotemáticos (Pessanha, 1997; Figueiredo; Limongi, 1995; Ricci, 2003), analisaremos a Comissão dos interesses pecuaristas na medida em que ela evidencia um grupo formativo do ‘bloco do poder’. Bloco esse que coloca em perspectiva as diferenças de interesses entre os grupos do empresariado agrário nacional e aponta a existência de interesses particulares entre os setores produtivos, no caso do meio rural, embora possa ser verificável em outros contextos produtivos (Poulantzas, 1985).

O resultado eleitoral do final de 1945 forneceu os quadros para a Constituinte de 1946 e aponta para uma manutenção da hegemonia política das lideranças oriundas das interventorias estaduais da era varguista, com o Partido Social Democrático (PSD) com mais da metade dos representantes eleitos para o Legislativo Federal (Nicolau, 2004). A União Democrática Nacional (UDN), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), elegeram, respectivamente: 81, 22 e 14 deputados federais constituintes; além de outras siglas com menor representação política nacional.

Partindo do cenário político da Constituinte de 1946 e da “Comissão de Amparo e Defesa da Pecuária”, temos na tabela 01 os componentes da referida Comissão:

Tabela 1

Função	Nome	Partido	UF	Profissão
Presidente	Flores da Cunha	UDN	RS	Pecuarista, advogado e jornalista
Relator	Wellington Brandão	PSD	MG	Pecuarista, advogado, funcionário público e escritor
Membros	Costa Porto	PSD	PE	Plantador de cana, advogado e funcionário público
	Eduardo Duvivier	PSD	RJ	Pecuarista, banqueiro e industrial
	Galeno Paranhos	PSD	GO	Advogado e funcionário público
	João Henrique	PSD	MG	Pecuarista e médico
	Martins Filho	PSD	SP	Advogado, Fazendeiro e alto funcionário do setor industrial
	Nelson Parijós	PSD	PA	Fazendeiro, advogado e agrônomo
	Paulo Guerra	PSD	PE	Pecuarista, advogado e funcionário público
	Régis Pacheco	PSD	BA	Médico e Fazendeiro
	Dolor de Andrade	UDN	MT	Pecuarista e advogado
	Domingos Velasco	UDN	GO	Militar, Advogado, Funcionário Público e jornalista
	Ernani Satyro	UDN	PB	Fazendeiro, Militar e Engenheiro
José Crispim	PCB	São Paulo	Militar e operário	

Fonte: Elaborada pelos autores com base em Braga (1998) e no perfil biográfico dos parlamentares disponível em <https://www.camara.leg.br/deputados/quem-sao>.

A Comissão era composta por 14 membros e, do ponto de vista das representações estaduais, a partir das macro-regiões, o Sudeste conta com 5 representantes (sendo dois mineiros, dois paulistas e um fluminense), seguido pelo Nordeste com 4 representantes (dois pernambucanos, um baiano e outro paraibano), o Centro-Oeste com dois goianos e um mato grossense e, por fim, um rio-grandense representando o Sul e um paraense em nome do Norte do país.

Partindo de um cotejamento entre os parlamentares da Comissão e o rebanho bovino de cada Estado por eles representados, o Rio Grande do Sul, com mais de 8 milhões de bovinos (Brasil, 1956), contou com um membro apenas, o influente político Flores da Cunha, que assumiu a presidência da Comissão. Importante ressaltar que a pecuária rio-grandense, desde o início do século XX, já havia se firmado dentro de uma lógica de produção de gado de corte para frigoríficos (Pesavento, 1980) e ocupava posição de pioneirismo e destaque no processo de integração entre pecuária e indústria, fato que ratifica a posição de liderança na figura de Flores da Cunha.

São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, no contexto da Comissão, formavam o grupo mais representativo, com sete constituintes e um rebanho, respectivamente, de 5.721.977, 9.790.100, 3.373.540 e 3.442.599 de bovinos, correspondendo, no caso, à metade do rebanho nacional (Brasil, 1956). Tratando de São Paulo, ressaltamos que havia no seio da elite agrária paulista interesses distintos entre cafeicultores exportadores e pecuaristas (Perissinotto, 2000), e, para além desta diferenciação, os quatro estados compunham parte considerável do chamado Brasil Central. Espaço que, para além da herança da "mitologia nacional estadonovista", era pecuarista por excelência e marcado pela relação de dependência entre São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso na manutenção da estrutura produtiva de cria, cria e engorda de animais para o abate.

Do ponto de vista dos estados do Nordeste, a Bahia era detentora de rebanho bovino expressivo, com quase 4 milhões de cabeças, enquanto Pernambuco e Paraíba somavam algo em torno de 1,5 milhão de bovinos (Brasil, 1956). Em nossa visão, a representatividade dos estados nordestinos

na Comissão é fruto da combatividade histórica das oligarquias agrárias da região (Mello, 1999) e sua contínua influência política (em grande medida ofuscada por modelos interpretativos do Sudeste) nas primeiras décadas do século e em especial nos assuntos agrários (Garcia, 2007).

A representação partidária na Comissão é marcada por uma hegemonia de políticos do Partido Social Democrático (PSD). Se este Partido já era a maioria na Constituinte de 1946, na Comissão em questão, dos 14 membros, 9 são do PSD, ratificando que o Partido à época era um grande porto de atracagem dos interesses agrários (Martins, 1981), distanciando-se de uma certa percepção historiográfica que estabelecia a associação desses interesses agrários com as hostes udenistas. A ausência do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), reduto varguista e de base urbana, da Comissão, aponta um veto ideológico e classista, que tentou ser dirimido com a presença quase simbólica de um deputado comunista que, em tese, deveria atender à crise pela lógica do consumo de carne pela população em geral.

Em uma perspectiva classista, os membros da Comissão eram quase em sua totalidade descritos como proprietários rurais (ver Tabela 01), fossem eles pecuaristas, plantadores de cana ou mais genericamente "fazendeiros"; tais atores políticos e suas vinculações de classe permitem que sejam enquadrados como "intelectuais orgânicos" da classe agrária brasileira (Gramsci, 2001; Mendonça, 2000), produzindo consensos e atuando em prol dos interesses da classe.

É recorrente na história política brasileira que os bacharéis estejam em larga medida atrelados aos interesses dos grupos economicamente dominantes ou são eles mesmos membros destes grupos (Chaloub, 2017). Na Comissão em análise, o bacharelismo vai além do udenismo (Chaloub, 2017) e se espalha entre os pessedistas, evidenciando sua íntima relação com os interesses agrários. Uma história de um membro da Comissão, o deputado goiano Galeno Paranhos, do PSD, explica de forma didática a correlação entre bacharelismo e interesses agrários: certo dia, ao discursar no Parlamento do Brasil, o deputado, em momento de grande euforia na defesa dos interesses pecuaristas, ao gesticular, perdeu o anel de bacharel em Direito. O anel

perdido foi substituído por outro na forma de presente da parte de criadores de gado do Triângulo Mineiro (Rocha, 2020). Neste caso, o anel se foi, ficaram os dedos e o anel retornou em grande estilo. Galeno Paranhos aceitou o casamento com os pecuaristas.

Na vigésima quinta sessão, em 14 de março de 1946, o Presidente da Assembleia Constituinte, o político pessedista Fernando de Melo Viana, após votação, abriu para debate o requerimento de urgência referente ao amparo aos pecuaristas, em especial àqueles do Brasil Central (Brasil, 1946, Ata III, p. 425). O deputado goiano, Jales Machado (UDN), abre o debate apontando que a crise é fruto da retração de crédito da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito) e acrescenta que o setor pecuarista sofria com a especulação do gado zebuino (Brasil, 1946, Ata III). Em uma demonstração das diferenças de interesses entre os setores agrários, o deputado goiano afirma que o auxílio aos pecuaristas seria menor se comparado àqueles dados aos cafeicultores.

Galeno Paranhos, membro da Comissão, reforça o coro em prol dos interesses pecuaristas e aponta a culpa da crise aos gestores do Banco do Brasil e às cobranças dos empréstimos a serem quitados pelos pecuaristas. Costa Porto, também membro da Comissão, solicita aparte e amplia o recorte da crise da pecuária, afirmando ser um problema nacional e se o Banco do Brasil outrora havia financiado a pecuária, agora desvaloriza os animais que foram dados como garantia pelos fazendeiros (Brasil 1946, Ata III, p. 427).

A Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil se tornou o “boi de piranha” dos deputados. Os créditos antes facilitados, estavam agora sendo cobrados em um cenário de desvalorização dos rebanhos dados em garantia, e os empréstimos da Carteira haviam contribuído para uma enxurrada de arrivistas ao negócio de gado. Porém, ressaltamos que boa parte da crise, como já insinuado anteriormente pelos deputados, estava relacionada aos negócios de animais reprodutores zebuínos do Triângulo Mineiro e não apenas à pecuária comercial convencional.

O constituinte João Henrique, representante mineiro, em sua fala na referida, alude a um nacionalismo econômico ao criticar os frigoríficos

estrangeiros em ação no Brasil e atribui à eles grande parte da responsabilidade pela crise em razão de repasses injustos no pagamento do animais para o abate (Brasil, 1946, Ata III, p. 435). O deputado mineiro parte, ainda, em seu discurso na defesa dos criadores de zebu e afirma que o processo em curso em Uberaba e alhures de melhoramento do rebanho estaria auxiliando a resolver na melhoria de rebanhos adaptados ao clima tropical (Brasil, 1946, Ata III, p. 436). Fruto do melhoramento genético gerado pelos zebuínos, os animais que outrora iam para o abate com 6, 8 anos, estavam agora sendo enviados aos frigoríficos com metade da idade.

Em frente aos louros lançados aos zebuínos na melhoria do rebanho nacional, o representante baiano pela UDN, Nestor Duarte, foi enfático em afirmar que os touros zebuínos não poderiam valer “mil contos de réis!” e que se vivia um clima de especulação (Brasil, 1946, Ata III, p. 437).

O mineiro João Henrique prontamente retrucou o colega constituinte, afirmando que o mesmo desconhecia o tema pecuarista e que “só no Brasil e especialmente em Uberaba há zebu fino [...] Os zebús puros vale o que se pedir por eles” (Brasil, 1946, Ata III, p. 437).

Se na Constituinte de 1946 a maioria da população brasileira não estava representada diretamente, os pecuaristas e seus zebuínos encontravam abrigo nos apartes dos representantes de seus interesses políticos e econômicos. Vejamos na sequência como a crise da pecuária foi abordada para além das estruturas do Estado, isto é, no âmbito da sociedade civil.

S.R.T.M. e a Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil

A pecuária uberabense se desenvolveu a partir da expansão do capital comercial paulista. Quando as estradas da Companhia Mogiana se estendem até a cidade de Uberaba, a região, que era favorecida pelo comércio por sua localização geográfica preferencial para estabelecer relações entre o litoral e o interior, teve de construir alternativas (Rezende, 1983).

Soma-se a esse cenário a crescente organização das entidades agrárias pelo país, com a Sociedade

Nacional da Agricultura (SNA), a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a Sociedade Mineira de Agricultura (SMA), que, na crescente disputa pelo poder político, são intermediadas pela estrutura do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) (Mendonça, 2002). O Ministério, lugar de mediação estatal dos conflitos de classe, torna-se uma possibilidade de ascensão social para os latifundiários da região do Triângulo Mineiro.

Como demonstrou Medrado (2013), a busca pelo gado zebuino e as feiras de gado indiano em contraste com as críticas dos jornais de regiões paulistas, forjam um contexto em que aqueles que se veem fora do bloco no poder, busquem avançar posições. A busca por legitimidade se transforma na possibilidade de obter crédito e financiamento que as outras atividades econômicas ligadas ao mundo rural obtinham do MAIC.

Se, próximo à criação do MAIC, os pecuaristas do Triângulo fundaram a Sociedade do Herd Book Zebu, é com Getúlio Vargas que nasce a Sociedade Rural do Triângulo Mineiro. Getúlio também concede a criação do Parque Fernando Costa e homologa para a SRTM a função do Serviço de Registro Genealógico das Raças Zebuínas (LOPES; REZENDE, 2019, p. 173-255).

A junção entre o controle genético e o parque público de exposições garante um benefício estratégico para que a entidade alavanque seu poder político. O crescimento associativo em face do corporativismo varguista se torna uma possibilidade de pressionar por poder político.

Ao fim do Estado Novo, a região do Triângulo Mineiro era acusada de supervalorizar, por meio dos jornais e leilões, o valor do gado zebuino. Os empréstimos de grandes valores resultaram em atividades sem retorno produtivo, como a especulação imobiliária em Belo Horizonte (Costa, 1978). Nesse cenário, ocorre uma restrição de crédito e o rebaixamento do valor comercial do gado por Getúlio, de maneira que surge a 'campanha do reajustamento' pelos pecuaristas.

O governo Dutra, no amplo espectro do processo de 'substituição de importações', atravessa uma perspectiva ortodoxa no combate à inflação, adotando uma postura contracionista do crédito, na expectativa de que houvesse um investimento dos Estados Unidos (um 'Plano Marshall' para o Brasil).

Esse processo não rompeu com o desenvolvimento industrial e perpassou uma alteração expansionista no segundo momento do governo; ao contrário, como se argumenta, correspondia ao poder político do aparelho de crédito pelos frigoríficos internacionais, correspondentes à indústria de transformação.

Tais orientações macroeconômicas, *stricto sensu*, geram embates significativos com os pecuaristas e fazem parte do bojo da atividade da campanha pela retomada do crédito (Mattos; Meirelles, 2021, p. 95-143), que é, ao que se pretende demonstrar, a possibilidade de uma ofensiva hegemônica dos pecuaristas.

A construção dos passos ofensivos da 'classe criadora'

Na virada de 1945 para 1946, a revista 'Zebu' apresentou um posicionamento moderado a respeito da 'campanha do reajustamento'.

Em texto assinado pelo presidente J. S. Rodrigues da Cunha ao presidente do Banco do Brasil, a entidade solicita apoio político para haver maiores prazos para o pagamento das dívidas e uma cobrança menor de juros. Contudo, discorda do 'reajustamento' e da redução de 50% do valor a ser pago dos empréstimos.

O primeiro momento do discurso se baseia em cobrar do governo a construção de infraestrutura pública para a garantia da realização da mercadoria (Cunha, Apud: Zebu, dez.-jan. 1945/6, p. 45), de modo que é possível notar que o que assola o pecuarista não é o endividamento, mas a sua dificuldade de exportar o gado reprodutor para o restante do país e outras regiões.

A posição da entidade é apresentada em três eixos: a) o prazo do financiamento se estenderia para 10 anos; b) os juros modificados de 7% para 5%; c) o reajustamento dos contratos antigos para os novos termos. Disso decorre que figuras próximas da entidade são sugeridas para discutirem com o deputado João Henrique, um dos proponentes do perdão das dívidas, uma posição mais ofensiva para o grupo (Zebu, dez.-jan. 1945/6, p. 49).

Em cinco meses, a estratégia da SRTM parece mudar de tom. A edição de junho já desloca a

origem da crise para o aparelho de Estado. A classe mantenedora (Osório, 2019) do Banco do Brasil é combatida como um agente ativo da instabilidade econômica (Cunha, jun. 1946, p. 34).

Em poucos meses, em setembro, a entidade apresentou uma proposta de projeto de lei. Chama atenção o fato de que a proposta prevê elementos no 'reajustamento' que não estavam anteriormente incluídos. Destaca-se a inclusão de uma margem de 120 dias para que eles não precisem cumprir as suas obrigações financeiras.

O que o projeto de lei prevê de maneira expressiva é a exclusão dos benefícios para os seguintes grupos: invernistas, industriais da carne (frigoríficos, charqueadas e cooperativas), avaliadores, endossantes ou fiadores e comerciantes do gado de corte. Um marcante posicionamento de conflito contra o restante da indústria de carne e seus intermediários.

Chama atenção, também, a menção no artigo 11.º de que, se houvesse a criação de outra entidade emissora como um 'Banco Rural', o reajustamento também valeria nos contratos estabelecidos e transferidos para aquele banco. O exemplo parece se comportar como uma afasia (Freud, 1996), isto é, o desejo da constituição de uma entidade própria para o controle dos latifundiários.

No mês seguinte, é perceptível o uso do termo "moratória da dívida", quando é exposta uma carta do fazendeiro uberabense, Lamartine Mendes, ao Presidente Dutra, com um nível de exigência superior aos pedidos políticos até então realizados, o que inclui agora uma cota de sacrifício aos bancos privados com redução dos juros e prazos maiores (Zebu. out. 1946, p. 82). A troca de reajustamento por 'suspensão da moratória' é parte de uma inflexão discursiva que vem junto de uma quantidade de bovinos fêmeas para serem mantidas para haver renovação do rebanho e ampliação do rebanho.

As posições propositivas enquadraram o primeiro momento e são perceptíveis algumas tendências do movimento, tais como: a) a intensificação do combate político; b) a marcação dos adversários no bloco no poder (intermediários, frigoríficos estrangeiros e os bancos privados); c) a amplitude gradual para um projeto hegemônico.

A fragmentação interna e a crise das alianças intra-classistas

A intensificação da campanha cresce ao nível de surgirem propostas diferentes em disputa nas páginas dos editoriais da revista Zebu.

O que unifica o corpo editorial, além do problema da dívida e do combate político ao Banco do Brasil, é a proclamação de si como 'classe criadora'. Diferentemente do frigorífico, que somente realiza o valor de uso do gado no momento do abate, o termo 'classe criadora' parece ir além da referência à classe criadora de gado, pois se coloca como a classe criadora da riqueza.

As posições liberais e intervencionistas que derivam dessa proposição discursiva mantêm seus ares fisiocratas. Na famosa Introdução de 1857, Marx nota que "o próprio Adam Smith ainda recai ocasionalmente no sistema fisiocrata" (Marx, 2011, p. 57). A consonância possível entre liberais, desenvolvimentistas e fisiocratas decorre da negação da universalidade do trabalho, justamente porque é essa negação que justifica que a renda da terra está sendo apropriada por banqueiros e industriais da carne.

Ao nível do debate liberal, o artigo do ex-presidente da Associação Comercial de Santos, José Ozores Fernández, intitulado "A verdade monetária: Subsídio ao estudo dos problemas monetários, financeiros, econômicos e sociais do Brasil", alude a uma modernização do sistema bancário nos moldes do liberalismo. A concepção de Fernández é que a inflação é resultado do curso forçado da emissão monetária e, para isso, deveria haver uma reforma geral no sistema bancário.

Sua proposta é a criação de um Banco Emissor que não poderia emitir a moeda por conta própria. Seriam os bancos privados, ao descontar duplicatas no Banco Emissor a partir de uma produção já existente, que poderiam aumentar a moeda em circulação (Fernández, 1946, p. 21).

Não se discute a possibilidade de o setor produtivo privado desejar o excesso de liquidez, nem de o setor bancário querer operar essas duplicatas para expandir o *spread* bancário. A proposta de Fernández sugere um controle do mercado privado em aliança com o produtor sobre o público e a

criação de uma institucionalidade que permita isso livremente.

Por conseguinte, o ano de 1947, nas páginas da revista, se inicia com o posicionamento de Milton Vilela, identificado como “Fazendeiro progressista e ex-inspetor do Banco de Crédito Real de Minas Gerais” (p. 29). Partindo do pressuposto de crises cíclicas, o autor enumera dois problemas para o setor pecuário: “a) Penhor Pecuário; b) Os frigoríficos estrangeiros.” (Vilela, jan.-fev. 1947, p. 29).

O desequilíbrio provocado pelas políticas do Banco do Brasil é causado por “(...) segundas intenções, interesses ocultos (...)” (Vilela, jan.-fev. 1947, p. 29). A classe mantenedora do Banco do Brasil não é somente a responsável por uma instabilidade da política monetária, mas por atender a dados interesses das frações de classe.

Assim, os curtos prazos de pagamento para os empréstimos atenderam aos interesses dos frigoríficos estrangeiros. A questão não é técnica, nem um erro de alocação de insumos e excedentes dos criadores, e sim consequência da hegemonia política do capital estrangeiro na indústria de carne.

Como solução, deveria haver um controle do volume de carne exportada, priorizando o mercado interno. A infraestrutura é posta e interligada a um preço mínimo que permita que o excedente produtivo fique com a classe criadora (Vilela, jan.-fev. 1947, p. 32).

As análises sobre a CREAMI entre 1946 e 1950 (Redivo; Fonseca, 2022) confirmam que, embora a estrutura de *funding* (via CAREM e recursos próprios) impusesse uma pressão por retornos de curto prazo, houve um redirecionamento estratégico: a indústria de processamento (têxtil e alimentar) ampliou sua participação relativa no crédito, consolidando operações de maior valor médio e prazos mais longos que o setor agrário.

Nesse cenário, a pecuária busca, por meio da sua campanha, infiltrar-se no Estado restrito, para reorganizar esse cenário. Esse processo prescinde do combate no bloco no poder e das alianças que os diferentes pecuaristas faziam com os setores hegemônicos.

Caso que chama peculiar atenção é a carta exposta em artigo de Laércio Teodoro de Andrade ao deputado Galeno Paranhos. A carta começa por criticar o fundador da Sociedade Rural do Triângulo

Mineiro, Fidelis Reis, apontando-o como desinteressado pela campanha do ‘reajustamento’, dado o fato de ele ser o sócio majoritário do Banco Regional do Triângulo Mineiro.

A crítica exposta nas páginas da revista Zebu da SRTM denuncia o suposto “desastroso desequilíbrio” da economia do Brasil Central e busca uma “salvação pública”. Nas contas elaboradas por Andrade, não existe a possibilidade de pagamento da moratória. O Banco do Brasil teria criado um “déficit que ficará para a eternidade”.

A partir disso, o autor exige uma intervenção. Ele segue o padrão da crítica ao Banco do Brasil, sem qualquer menção aos frigoríficos estrangeiros, e propõe um conjunto de medidas que envolvem: a) Reavaliação de ativos: ajustar as dívidas aos preços reais de mercado; b) Estatização de débitos: centralizar dívidas com terceiros no Banco do Brasil; c) Tabelamento de juros: redução compulsória para patamares de 5% a 6%.

Os três textos, pelas suas diferenças substantivas ao criticarem ora os frigoríficos, ora os bancos privados, por apresentarem propostas liberais e intervencionistas, revelam uma dificuldade de unidade ideológica da grande pecuária. Os textos divergentes publicados na revista da entidade revelam uma crise política.

A ofensiva e a crise interna aos criadores de gado impuseram a unificação da pecuária de corte com a pecuária destinada à comercialização de reprodutores. Essa é uma tendência da impossibilidade de alianças com os frigoríficos e o setor bancário privado.

Apesar das instabilidades do período e do relativo marasmo editorial entre 1948 e 1949, o ano de 1950 apresentou um cenário de maior otimismo para o setor produtivo, incluindo os pecuaristas.

Nos meses de agosto e setembro de 1950, quando a revista apresenta a 1.ª Exposição de animais e produtos derivados no Espírito Santo, há o governador afirmando a ampliação do crédito bancário vinda do presidente Dutra (Lindemberg Apud Zebu, 1950, p. 34).

O fôlego parece corresponder ao abandono das teses de orientação ortodoxa na substituição do Ministro da Fazenda em 1949. A nova gestão promoveu uma política de expansão de crédito e intensificou o investimento público.

Outra possibilidade para a acepção positiva dos criadores de gado e que abrem possibilidades de pesquisa do Estado restrito até a sociedade econômica internacional, está no extensionismo rural e seu crescente nível organizativo. Ele foi implementado com marcos significativos a partir de 1948, incentivando os assistidos a contraírem crédito do Banco do Estado de Minas Gerais para consumirem as tecnologias dos extensionistas (Cassiano, 2025, p. 402-403).

Seja pelas melhores relações públicas ou com uma integração com o capital estrangeiro, a consolidação do poder hegemônico pecuarista (as menções a seus interesses particulares como um consenso incorporado no Estado restrito e partilhado pela sociedade civil) abre espaço para outras ofensivas.

O consenso da ‘classe pastoril’ no Estado ampliado

É perceptível, nos anos de 1950, que as críticas às diferentes frentes de aliança e variabilidade ideológica são substituídas por uma frente política pecuarista e seus representantes. Não obstante, o movimento de ofensiva não finaliza com um movimento de consolidação, mas segue sua ofensiva com pecuaristas do ‘Brasil Central’ (Mato Grosso, Goiás, Triângulo Mineiro), indo até Getúlio Vargas em torno de melhores condições para a ‘campanha do reajustamento’, tal qual, em vista das eleições, o elogio a agentes políticos que tenham favorecido a pecuária.

Essa hipótese que encerra o texto necessita de uma evidência precisa. O argumento é que a aparição de ‘reajustamento’ passa a envolver, no ano de 1950, uma ativa campanha política.

A primeira menção é no artigo “A exportação de zebuínos para a América Latina e a atuação de Mário Almeida Franco”, em que é possível perceber uma elevação de personalidades que passam a ser lembradas como articuladores políticos no interior da sociedade e/ou no Estado restrito. O texto menciona o papel do pecuarista Mário Almeida Franco e do presidente da SRTM, Carlos Smith, que, para valorizar a atividade econômica pecuarista,

receberam autoridades como o Ministro da Agricultura da Venezuela (Zebu, mai. 1950, p. 7-11).

A segunda e terceira menções, ainda no âmbito da sociedade civil, dizem respeito à capacidade de agitação da Associação Rural de Uberlândia, ao pronunciar que a campanha do reajustamento e da moratória atinge a exigência de novos mecanismos de tabelamento das mercadorias, indicando um problema de impostos colocado em face da cobrança estrangeira (Zebu, mai. 1950, p. 23). Isso demonstra que os ganhos políticos implicaram uma contínua ofensiva em busca da hegemonia, que pouco, agora, tem a ver com o problema principal, de modo que assume todos os contornos de demandas do setor.

Além disso, o indicativo verbal fundamental é a menção discursiva do presidente da Associação à ‘classe pastoril’ — sem que se abandonem quaisquer rompantes fisiocratas —, o que indica uma unidade entre os produtores e aqueles que manuseiam o material genético. Indicativo discursivo que se liga à presença de membros do Estado restrito, como: Dr. João Henrique, Wellington Brandão e Galeno Paranhos (Zebu, mai. 1950, p. 25).

Ao nível do Estado restrito, é necessário salientar que, se a sociedade civil e seus aparelhos privados de hegemonia se organizavam em torno do consenso de uma ofensiva classista da ‘campanha do reajustamento’, que se desfigurava e aparecia como a hegemonia pecuarista, esses eventos passam a contar com o destaque a figuras parlamentares. Em inúmeras exposições de gados que interligam os mais diversos aparelhos, é possível perceber a menção a outros parlamentares federais como: o deputado Mário Beni e o senador José Américo de Almeida (Zebu, out.-nov. 1950, p. 45), o deputado Eduardo Duvivier (Zebu, out.-nov. 1950, p. 10), o deputado Vasconcelos Costa (Zebu, mai. 1950, p. 19), o deputado Rondon Pacheco (Zebu, mai. 1950, p. 29), os deputados Ary Vianna e Alvaro Castelo (Zebu, ago.-set. 1950, p. 31), dentre inúmeros deputados estaduais em Minas Gerais e Goiás.

Tais crescentes exigências são postas em face de discursos de diversos setores do Executivo (governadores de Minas Gerais, Goiás, secretários e o presidente-general) que aderiram à campanha do reajustamento como elogio (Zebu, jun. 1950, p. 9, 20, 34, 44). O consenso político criado em torno da

necessidade de que os pecuaristas tenham seus interesses atingidos chega ao ápice na figura de Getúlio Vargas, que recebe uma visita dos pecuaristas do Brasil Central e termina afirmando, como citado pela revista, a necessidade de uma melhora no quadro da campanha do reajustamento (Zebu, out.-nov. 1950, p. 38).

Assim, é possível reconhecer o processo de construção do consenso e seus efeitos pertinentes ao nível da composição do Estado restrito, de modo que a 'campanha do reajustamento' não se encerra na sua conquista imediata no final do governo de Dutra, pois ela se eleva ao nível de uma campanha pela hegemonia no bloco no poder.

Considerações finais

Diante do exposto, a análise desenvolvida permite concluir que a "campanha do reajustamento" da pecuária, longe de ser uma mera reivindicação creditícia isolada, configurou-se como um momento fundamental de "catarse" e organização hegemônica da classe produtora no Brasil. Os resultados obtidos evidenciam que a articulação entre a sociedade civil, capitaneada pela ofensiva da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro na revista Zebu, e o Estado restrito, representado pela atuação dos parlamentares na "Comissão de Amparo e Defesa da Pecuária" de 1946, logrou consolidar uma unidade de ação política capaz de superar fragmentações ideológicas internas.

Ficou demonstrado que a hegemonia do PSD no seio da referida Comissão serviu como o principal porto de atracagem dos interesses agrários, desafiando concepções historiográficas que restringiam tal representatividade à União Democrática Nacional. Ao marcar posição contra frações rivais do bloco no poder, como os frigoríficos estrangeiros e o capital bancário privado, os pecuaristas do "Brasil Central" elevaram suas demandas corporativas ao *status* de consenso, garantindo a manutenção de sua influência mesmo em cenários de transição democrática.

A relevância desta pesquisa reside na sua capacidade de descentralizar a análise das elites agrárias para além do eixo paulista, conferindo visibilidade à atuação política coordenada entre o

Triângulo Mineiro, Goiás e Mato Grosso. Ao mobilizar o arcabouço teórico do "Estado ampliado", o estudo resolve descompassos historiográficos importantes sobre a suposta perda de poder das oligarquias regionais após 1930, demonstrando como a pecuária foi essencial para a modernização do subdesenvolvimento brasileiro.

Por fim, as possibilidades para estudos futuros apontam para a necessidade de investigar a continuidade histórica dessa infiltração organizada, traçando as linhagens políticas que conectam os bacharéis e fazendeiros de 1946 às modernas frentes parlamentares do agronegócio contemporâneo. Ademais, a ampliação da análise prosopográfica para outras entidades regionais poderá desvelar novas nuances sobre como o empresariado rural refinou seus aparelhos privados de hegemonia para atuar nas disputas de classe que definiram a economia política nacional nas décadas subsequentes.

Referências

ANDRADE, Laércio Teodoro. Pelo soerguimento da economia pecuária do Brasil Central. **ZEBU**. p. 33-36, 1947.

BOSCH, Maria. **O Estado e a burguesia no governo Dutra (1946-1951)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 1989.

BORGES, Barsanufu Gomides. **Estado e economia no Brasil Central: o poder dos grandes produtores rurais**. Goiânia: Ed. da UCG, 2008.

BRAGA, Sérgio. A Constituinte de 1946 e a nova ordem econômica e social do pós-II Guerra Mundial. **Revista de Sociologia e Política**, v. 6, p. 7-24, 1996

BRAGA, Sérgio Soares. **Quem foi quem na Assembleia Nacional Constituinte de 1946**: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, v. 2, 1998.

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte (1946). Anais da Assembleia Nacional Constituinte de 1946. v. III. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/items/eb43a05f-7cfa-4255-b45c-3b4c546bb089>. Acesso em: 5 mar. 2026.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico 1950: volume 2 – resultados nacionais. Rio de Janeiro: IBGE, 1956. Disponível em: <http://memoria.org.br/pub///meb000000362/censo1950vol2nac/censo1950vol2nac.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2026.

BOTTOMORE, Tom. **As elites e a sociedade**. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.

CASSIANO, Pedro. Acordos bilaterais Brasil e Estados Unidos na agricultura: o caso da extensão rural (1949-1973). In: FONTES, Virgínia (Org). **Capital-imperialismo, dominação e luta de classes**. São Paulo: Expressão Popular, p. 387–436, 2025

CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. A economia política dos bacharéis udenistas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, p. 1-18, 2017. DOI: 10.17666/329406/2017.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Bancos em Minas Gerais (1889-1964)**. Dissertação (Mestrado em Economia) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1978.

DUTRA, Leonardo. CREAM (1937-1952) – o nascimento do fomento de longo prazo da estrutura produtiva brasileira. **Panorama das Contas Públicas**, Salvador, v. 1, p. 47–66, 2009. DOI: 10.1590/0101-31572022-3204

FERNANDÉZ, José Ozores. A verdade monetária: Subsídio ao estudo dos problemas monetários, financeiros, econômicos e sociais do Brasil. **ZEBU**, p. 19–25, 1946.

FIGUEIREDO, Argelina & LIMONGI, Fernando. Mudança constitucional, desempenho do Legislativo e consolidação institucional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 10, n. 29, p. 175–200, 1995.

FONSECA, André Azevedo da. **A metrópole imaginária**. Curitiba: Editora UFPR, 2020.

FREUD, Sigmund. **Conferências introdutórias sobre a psicanálise (Partes I e II) (1915-1916)**. Rio de Janeiro, Imago: 1996.

GARCIA, Afrânio. Os vice-reis do Norte: reconversão de elites agrárias e a Revolução de 1930 (1920-1964). **Revista de Ciências Sociais: RCS**, v. 38, n. 2, p. 73-87, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/533>. Acesso em 17 Fev. 2026.

GOMES, Angela de Castro. A república não-oligárquica e o liberalismo dos empresários. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; SILVA Sérgio S (Org.). **História Econômica da Primeira República**. São Paulo: Hucitec; Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica; Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial, p. 91–101, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LOPES, Maria Antonieta Borges; REZENDE, Elaine Mendonça Marquez de. Tempos de Ouro da SRTM. In: LOPES, Maria Antonieta Borges; REZENDE, Elaine Mendonça Marquez de. **ABCZ: 100 anos de histórias e histórias**. São Paulo: Bela Vista Cultural, p. 173-255, 2019.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

MATTOS, Fernando Augusto Mansor de; MEIRELLES, Joana Souza de. Governo Dutra: crescimento industrial sob restrições externas e limitações econômicas e institucionais internas. In: ARAUJO, Victor Leonardo de; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de (orgs.). **A economia brasileira de Getúlio a Dilma: novas interpretações**. São Paulo: Hucitec Editora, p. 95-143, 2021

MEDRADO, Joana. **Do pastoreio à pecuária: a invenção da modernização rural nos sertões do Brasil Central**. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Grande propriedade, grandes proprietários: velhas questões, novas abordagens (1890-193). In: SZMRECSÁNYI, Tamás; SILVA Sérgio S (Org.). **História Econômica da Primeira República**. São Paulo: Hucitec; Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica; Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial, p. 171-186, 2002.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Mundo rural, intelectuais e organização da cultura no Brasil: o caso da Sociedade Nacional de Agricultura. **Mundo agrário**, v. 1, n. 1, p. 0-0, 2000.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte Agrário e o Império, 1871-1889**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

NICOLAU, Jairo. Partidos na República de 1946: velhas teses, novos dados. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 85-129, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. **Brasil: uma biografia não autorizada**. São Paulo: Boitempo, 2018.

OLIVEIRA, Francisco. Subdesenvolvimento: fênix ou extinção? In: TAVARES, Maria da Conceição. **Celso Furtado e o Brasil**. p. 121-129, 2000.

OSÓRIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

PERISSINOTTO, Renato. **Estado e capital cafeeiro em São Paulo (1889-1930)**. 1. ed. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **República velha gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores**. Editora Movimento, em convênio com o Instituto Estadual do Livro, Departamento de Cultura, Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo, RS, 1980.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ROCHA, Hélio. **Deputado fez dieta, o dedo afinou e o anel saiu quando gesticulava.** E sumiu. Jornal Opção. Outubro de 2020. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/memorando/d-eputado-fez-dieta-o-dedo-afinou-e-o-anel-saiu-quant-do-gesticulava-e-sumiu-289541/>. Acesso em 28 fev. 2026

REDIVO, André da Silva; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. A atuação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI): 1937-1969. **Revista de Economia Política**, v. 42, n. 4, p. 1080–1102, 2022. DOI: 10.1590/0101-31572022-3204

REZENDE, Eliane Mendonça Marquez de. **Uberaba: uma trajetória sócio-econômica.** 176 p. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Goiás, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Departamento de História, 1983.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e política**, v. 19, n. 39, p. 115–137, 2011. DOI: 10.1590/S0104-44782011000200009

VILELA, Milton. A influência prejudicial dos frigoríficos estrangeiros sobre a economia pecuária. **ZEBU**, p. 29–32, 1947.

ZEBU. A ação da S.R.T.M. — Noticiário. In: **ZEBU**, 45–51, 1945.

ZEBU. A exposição e o Zebú. **ZEBU**, p. 34, 1946.

ZEBU. Sugestões para um projeto de lei. **ZEBU**, p. 47, 1946.

ZEBU. A ação da S.R.T.M. — Noticiário. In: **ZEBU**, p. 81–85, 1946.

ZEBU, mai. 1950, p. 7-11, 19, 23, 25, 29.

ZEBU, jun. 1950, p. 9, 20, 34, 44.

ZEBU, ago-set. 1950, p. 31, 34

ZEBU, out-nov. 1950, p. 10, 38, 45.